

HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA, HISTÓRIA

Rodolfo Fiorucci
Mestre em História - UNESP/Assis
Professor da UTFPR/Curitiba

RESUMO: Este texto procura mostrar os caminhos que a história oral e os estudos sobre a memória trilharam no percurso epistemológico da disciplina histórica. Além de discutir os métodos e as teorias dessa vertente historiográfica, aqui, pretende-se fazer uma breve introdução sobre a história oral no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: história oral, memória, historiografia.

ABSTRACT: This work intends to show the way that oral history and the studies about the memory roamed about the epistemologic trajectory of the history. More than discuss on the methods and theories of this slope of the historiographic, here, the purpose is to make a introduction about the oral history in Brazil.

KEY-WORDS: oral history, memory, historiography.

A historiografia atual é o resultado das transformações que a disciplina sofreu nas últimas três décadas, o que atingiu prontamente a certeza labrousiana e a análise braudeliana. Não cabe aqui fazer um retrospecto desse processo, mas é importante destacar que as novidades apresentadas pela nova história cultural, com as mentalidades e as representações marcando posição na França, pela historiografia inglesa, com a “história dos de baixo” e a valorização da cultura nas análises marxistas, pela norte-americana, com forte influência da antropologia, ou mesmo a micro-história na Itália, entre outras, fizeram com que a história passasse por revisões epistemológicas que deram vazão a novas metodologias e teorias, o que alargou as possibilidades de análises com novas fontes, objetos e métodos, além de reavivar temáticas que haviam sido esquecidas pelos historiadores até então, como a história política, o acontecimento e a biografia.

No bojo dessas inovações, com os depoimentos e os relatos pessoais sendo revalorizados e muitos dos seus defeitos relativizados, aliados ao crescimento da história do tempo presente,¹ entrou em cena outra questão que há algum tempo estava marginalizada no campo da história, qual seja, a problemática da memória. Na verdade, com os novos estudos culturais e a atenção voltada para as “subjetividades outras”, das quais as preocupações com as representações ganharam destaque, não tardaria o ressurgimento da questão da memória. Em consonância com a valorização das *representações*, a memória passou a fazer parte das discussões epistemológicas que foram/são freqüentes e intensas nas últimas décadas. Henry Rousso ajudou a compreender essa relação:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional (ROUSSO, 2000: 94).

Apesar de não estar preocupado com a linha da historiografia que estuda especificamente as representações, neste texto Rousso levanta a idéia de que a representação é alcançável por meio da memória de quem a configura. Diz que as representações do passado, compartilhadas e aceitas por um grupo ou fora dele, faz as vezes da memória coletiva (Idem, p. 95). Daí o fato da história cultural se lançar ao entendimento das representações do passado e esta ser um tema tão interessante, já que lida com elementos da Psicanálise, abordando pontos subjetivos dos indivíduos ou grupos inseridos na história. Também a História passou a fazer uso de práticas comuns da Lingüística, pois, mais que buscar o porquê de certas interpretações, interessava realizar a análise do discurso dos agentes históricos para entender o *como* exteriorizaram essas representações. Há de se destacar, ainda, que os usos das memórias também são ricos no campo da história oral, vertente que sofreu diversos ataques no momento de sua aparição, até se fortificar como campo de estudo da historiografia.

Ao levar-se em conta o núcleo no qual a memória estava ligada a partir daquele momento (anos 1970-1980), que abrangia de uma só vez questões espinhosas para a historiografia, como o tempo presente, a memória e as fontes orais, não foi de estranhar os ataques e as reticências acadêmicas no que concernia a sua viabilidade. As principais

¹ A história do presente, assim como o retorno da política nas análises da história, ganhou força devido à iniciativa de René Rémond e o círculo de intelectuais a sua volta, na Universidade de Paris-X-Nanterre e também ao *Institut d'Études Politiques* e *Fondation Nationale des Sciences Politiques*. Daí, teve-se a formação do Instituto Histórico do Tempo Presente (IHTP), na França, em 1978.

contestações traziam alegações no sentido de que a memória poderia se apresentar distorcida, nostálgica, seletiva e inconfiável (THOMPSON; FRISCH; HAMILTON, 2000: 66-67), portanto, ao se valer de fontes orais e entrevistas, o historiador obteria um ato de rememorar parcial e mítico da fonte. No entanto, há de se observar que tais preconceitos perderam força e a história oral já ocupou seu lugar na historiografia atual, sendo encarada por alguns acadêmicos não apenas como uma via alternativa, mas como uma metodologia da história².

Algumas notas sobre a história da história da memória

O responsável pela introdução da memória como objeto de análise nas Ciências Sociais foi Maurice Halbwachs que, em 1925, desenvolveu alguns estudos sobre esta temática e configurou uma espécie de sociologia da memória. A partir dali continuou a se preocupar com o assunto, desenvolvendo pesquisas que trataram da memória coletiva, o que culminou na publicação póstuma de sua obra de referência nessa vertente de estudos, *A memória coletiva*³. A ruptura que atingiu a continuidade das sociedades européias devido à Primeira Guerra (1914-1918), levou os pesquisadores a voltarem-se para a memória e a duração, já que foram tempos marcados por nacionalismos hostis, acentuação da divisão de classes e abalos econômicos, o que dissolveu a pretensa consciência universal até ali existente. Segundo Jean Duvignaud, “*torna-se mais sensível a relação entre a imagem que se faz do homem e do mundo e o lugar limitado que ocupa essa imagem dentro de um grupo organizado*” (In: HALBWACHS, 1990: 12). Nesse momento, a tal consciência universal, característica das sociedades européias do século XIX, resultado dos esforços que os estados nacionais fizeram para empreender a criação de identidades nacionais, viu-se abalada. Naquele período conturbado, quando as relações internas do tecido social não poderiam se manter harmônicas e as diferenças de integração na sociedade emergiram, as pessoas tomaram cada vez mais consciência de sua individualidade. Entretanto, Halbwachs assegurava que os homens nunca estariam sós, pois suas lembranças, mesmo que individuais, eram compartilhadas com e pelos outros (HALBWACHS, 1990: 25-26).

Halbwachs encarava a memória como motivo de coesão social, seria uma espécie de adesão afetiva ao grupo, levada a cabo por um mecanismo alternativo (não a violência)

² A título de exemplo ver FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Apresentação. In. _____ *Usos e abusos da história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. vii-xxv; JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 31-45.

³ Ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

para convencer o outro. Nesse sentido, o autor tirou do grupo qualquer conflito interno, o que fazia com que a memória coletiva parecesse homogênea e sem qualquer tipo de negociação e desentendimento. Destaca-se, ainda, o fato de Halbwachs ter seguido uma corrente durkheimiana, isso porque tratou os fatos sociais como coisas, o que ficou claro em todo o texto, e orientou suas análises no caminho de conceber a memória como se fosse uma construção de uma comunidade afetiva. Atestou que cada memória individual era um ponto de vista sobre a memória coletiva, e que essas lembranças sempre estavam de acordo com valores em comum e fatos que interessavam a determinados grupos e não a outros (HALBWACHS, 1990: 33-34; 51). Enfim, seria a memória um fenômeno coletivo e em contínua mudança, porém, uma mudança passiva, estabelecida pelas condições presentes. Na verdade, o individual se dissolveria no coletivo e apareceria em instantes bastante peculiares, isto é, prevaleceria o coletivo. É interessante notar, contudo, que o autor, dessa forma, abria espaço para a preocupação com o indivíduo em certos momentos, por exemplo, quando admitiu nas entrelinhas que, mesmo defendendo o contrário, há certas imposições e violências no estabelecimento das memórias coletivas. Em certa altura da tessitura de seu texto Halbwachs asseverou que,

Toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridas de fora, que eles nasceram deles mesmos, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz (HALBWACHS, 1990: 47).

Mais à frente corroborou:

Poder-se-ia dizer que o que rompe a continuidade de minha vida consciente e individual, é a ação que exerce sobre mim, de fora, uma outra consciência, que me **impõe** uma representação à qual está presa (HALBWACHS, 1990: 97) [grifo meu].

Tem-se, assim, um certo contraponto nas proposições do autor, que defende, no geral, a memória como um fenômeno passivo e afetivo, mas reconhece que há forças externas que por meio de retórica ou sobreposição de consciências impõem certas visões de mundo que não são homogêneas, pelo contrário, são pretensamente homogeneizadas, já que há conflitos. Este é um ponto importante para se desenvolver mais algumas reflexões, já que foi uma das questões levantadas pelos novos historiadores que se

dedicaram ao estudo da memória, mas antes, importa discutir mais uma questão sobre as proposições de Halbwachs, que seria matizada mais tarde.

Trata-se da separação radical que fez entre memória e história. François Dosse anotou que o autor de *A memória coletiva* buscou ponto a ponto separar história e memória, o que levava a crer que onde começasse a história, acabaria a memória (DOSSE, 2004: 170). De acordo com Halbwachs, a história seria única, externa ao indivíduo e exigia distanciamento teórico, já a memória coletiva seria viva, múltipla e existiriam várias, tantas quanto grupos. Tem-se, pois, uma visão “positiva” de história no entendimento de Halbwachs, que corroborava a idéia de que a história seria imparcial e teria a função de destruir a memória, pois objetivava produzir ciência, o que não é de estranhar para aquele período, já que a idéia de Ciência Histórica no caminho das Ciências Naturais ainda era bastante vigorosa.

No interregno de tempo entre os estudos levados a cabo por Halbwachs, até as novas pesquisas sobre a memória que se fortaleceram a partir dos anos 1970, houve uma certa marginalização ao tema, devido a outras metodologias e teorias que se impuseram no campo da História ou das Ciências Sociais. O marxismo, o estruturalismo e a história serial se voltaram a questões concretas da sociedade, dando mais atenção a análises sociais e econômicas, empregando estudos estruturais ou conjunturais, nos quais as questões subjetivas, o cotidiano ou o tempo curto – perspectiva temporal por excelência da história oral e da memória -, foram colocados no ostracismo da história. Esse quadro começou a mudar quando os historiadores perceberam que seu papel como fazedores da história e conhecedores das dinâmicas e processos que permeiam as teias sociais começou a ser ocupado pelas novas disciplinas em ascensão – Psicologia, Antropologia, Lingüística, Sociologia -, o que fez com que se iniciasse um movimento reativo que empreendeu discussões epistemológicas sobre o *como* fazer história a partir dali. Os historiadores valeram-se das práticas metodológicas e das bases teóricas dessas disciplinas que os atacavam e a atenção se desviou das hierarquias para as relações, das posições para as representações (CHARTIER, 1990: 13-14).

Novos objetos e fontes passaram a fazer parte do cardápio historiográfico, o que possibilitou uma gama de estudos e perspectivas de análises, dentre as opções, surgia, a partir dos anos 1970, ainda como uma via alternativa, as questões levantadas pela chamada história oral. Nesse campo de estudos não se formou uma escola histórica como os *Annales* ou a historiografia inglesa - ambos voltados para os novos estudos culturais daquele momento em diante -, no entanto, as interrogações e as preocupações que as fontes orais

causaram fizeram com que muitos pesquisadores, de diversas escolas e correntes historiográficas, dedicassem-se ao assunto.

É ponto pacífico que, entre os autores que deram destaque para esse debate no momento em que a história oral se desenvolvia, está Pierre Nora. Num texto que se tornou leitura obrigatória para quem viesse a se preocupar com a questão da memória, Nora começou a rever as proposições de Halbwachs sobre a temática⁴. O ponto chave, de início, ligou-se à inter-relação entre o coletivo e o singular. Não que Halbwachs tenha negado o individual, pelo contrário, reconheceu-o - mas como integrante determinado do coletivo, ponto que entrou em desacordo com as novas percepções sobre a dinâmica coletivo/indivíduo. Propunha-se, a partir daquele momento, que, mais que integrante, o singular tinha papel destacado nessa relação, pois possibilitava entender as relações internas estabelecidas intragrupos, que não eram, como pensava Halbwachs, passivas e sem desentendimentos. A memória seria, pois, o resultado de negociações e relações conflituosas, relações de imposições e hierarquias que, vista de fora, pareceria algo harmonioso e de coesão afetiva. Portanto, no instante em que o indivíduo voltou a ser preocupação dos pesquisadores, com ênfase a partir dos anos 1960, pôde-se compreender que as subjetividades eram latentes e que a análise dessas relações entre pessoas e grupos seria bastante fértil para as novas metas dos historiadores.

Não se pode esquecer, e isto é crucial, que os lugares e contextos dos quais emergiram estudos sobre a memória são diferentes no que tange a Halbwachs e a história oral dos anos 1970. O primeiro escrevia num momento em que as conseqüências da Primeira Guerra Mundial estremeceram certezas e estruturas sociais e econômicas, fomentando nacionalismos extremos. A segunda, apareceu dentro de uma revisão epistemológica interna à disciplina, que buscava recuperar-se do abalo sofrido naqueles anos. Além disso, com o passar do tempo, o mundo entrava num processo de globalização cada vez mais acelerado, o que fez com que Nora percebesse que as tradicionais formas de transmissão de memória entre as gerações estavam mudadas. Ao atentarem para o desenvolvimento vertiginoso dos meios de comunicação, a verticalização do espaço e o aceleração da vida pós-moderna, os historiadores notaram que a memória tradicional, tal qual a encarada por Halbwachs, perdia suas bases de sustentação, o que abria espaço para uma transição da memória para a História como referente de compreensão de si na esfera

⁴ Ver NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n° 10, dez. 1993.

global. Tudo isso apontava para uma reestruturação das formas de se tomar a memória como objeto e fonte de pesquisa.

História oral e memória: um novo olhar

Já foi dito que a história oral surgiu juntamente com as novas concepções historiográficas dos anos 1960-1970, principalmente ligada à “história dos de baixo”, à volta do acontecimento e a valorização do indivíduo. Enfim, ligava-se à nova linha de estudos culturais que se afastava dos estudos puramente estruturais e quantitativos, levando em conta novos objetos, metodologias e fontes. Philippe Joutard explica que a história oral apareceu com três inspirações iniciais, que seriam: 1) ouvir a voz dos excluídos; 2) trazer à tona as realidades indescritíveis; 3) testemunhar as situações de extremo abandono. Nesse sentido, dava força àqueles que não a tinham e possibilitava revelar o que não se encontrava nos documentos escritos. No limite, Joutard atestou que por meio do oral seria possível apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão, por se penetrar no mundo do imaginário e do simbólico (2000: 33-34).

Nesse percurso de revisão do papel da história oral e, conseqüentemente, da memória, chegou-se a ter em suas *limitações* mais um meio pelo qual o historiador avançaria na compreensão dos processos históricos. Os obstáculos relativos à memória, por exemplo, como a capacidade de esquecer, os equívocos e a tendência para a lenda e o mito, introduziu o historiador no cerne das representações da realidade que cada um faz, o que seria indício de que as ações se ligam mais às representações que se fazem do real, do que a partes do próprio real (JOUTARD, 2000: 34). Joutard chamou a atenção quanto a este aspecto por temer que o *boom* de “histórias” que passaram a ser produzidas com base no oral – ligadas a instituições, sindicatos, empresas, classes -, muitas vezes confeccionadas de forma militante, fossem confundidas com a acadêmica. Os diletantismos decorrentes daí poderiam obscurecer as riquezas do oral e das memórias (coletivas e individuais), pois a história dos excluídos se aproximaria mais a uma homenagem que se prestaria às lembranças desses sujeitos, transformando suas memórias em história, sem qualquer filtro (JOUTARD, 2000: 37).

Esta história-memória seria o contrário do que propôs Nora ao inferir que no mundo atual a memória tradicional perdeu espaço, o que deu vazão à história-crítica. Isto foi possível devido ao fim de muitos *meios* de transmissão da memória, como a dos camponeses que se extinguiram pelo próprio fim do grupo. Ou também, tal situação seria

creditada ao processo de globalização, mediatização e massificação – o que não significa homogeneização -, que interferiu no modo de percepção histórica dos sujeitos, pois esta “*dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade*” (NORA, 1993: 08). Esta visão é compartilhada por outros intelectuais, entre eles Jean-Pierre Rioux que, por sua vez, afirmou que hoje há a degeneração e o esquecimento da memória local e dos grupos desfeitos. No tempo descontínuo e disperso do consumo, transmitido pelos *media*, no qual encontra-se a individualização das mentalidades, ocorre a total revolução do tempo e espaço, o que desarticula a memória antiga (1998: 326).

É importante notar que tanto a memória, como os meios de encará-la mudaram, já que o mundo mudou. Na sociedade global, cada vez mais dinâmica e acelerada e que rompeu as antigas fronteiras e maneiras de relacionamentos entre os indivíduos, a memória foi afetada e a sua transmissão alterada. Houve o desmoronamento de memórias tradicionais inteiras, seja dos camponeses ou do mundo operário, o que criou um mundo social sem duração. Observou-se a criação de vários grupos e de desenraizamentos, o que aos poucos minou a memória tradicional, viva. Também os fins das escatologias revolucionárias e das visões teleológicas obscureceram o horizonte de expectativas determinadas pelo motor da história, o que deixou os sujeitos sem referentes, ligados sempre ao presente.

É aí que François Dosse identificou o que chamou de “tirania da memória”. Exatamente por causa da falta de base e referentes, com a *presentificação* sendo o referente de compreensão dos indivíduos, aconteceu que a própria comunidade sentiu a necessidade de resgatar a memória, de sentir-se como parte de algo, de encontrar sua história (DOSSE, 2004). Essa busca por uma raiz e a necessidade de memória no mundo global se daria por outros meios. A memória tradicional já estava abalada, as vias de conservação e transmissão dessas lembranças já não funcionavam, o que levou a comunidade a uma prática de arquivamento compulsiva. Pierre Nora apontou bem que, no momento em que a história se desprende do documental, a sociedade passou a viver numa religião conservadora com forte produção arquivística, o que remete à “memória de papel” de Leibniz (1993: 15). Segundo Nora:

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos “homens-memória” (NORA, 1993: 18).

O problema é que estes homens-memória não existem mais, segundo Nora. Passada a época das construções de identidades nacionais, a historiografia ingressou em sua era epistemológica, o que fez com que a memória fosse tragada pela história, o que fechou definitivamente a era da identidade (no sentido de construção de nacionalismos). Diante deste quadro, sem os homens-memória e sem a tradicional transmissão das memórias coletivas entre as gerações, viu-se a expansão de instituições como museus, bibliotecas, bancos de dados etc, que guardam a memória estilhaçada. Assim, a prática de arquivamento deformou a noção antiga de memória, pois tudo o que é chamado hoje de memória, é história. Diferente da noção tradicional, hoje a memória é arquivística, registradora, e delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela (NORA, 1993: 14-15).

No presente conturbado, há uma dinâmica tensa na qual ao mesmo tempo em que a memória se dissolve, aparece um movimento reativo que quer recuperá-la. Trata-se, todavia, de uma memória que não é natural, mas sim externa, criada a partir de uma necessidade que não tem os meios de se suprir. Daí a resistência de chamar essa memória de *coletiva*, pois se trata de um consenso fabricado, vindo de fora, não uma opinião coletiva que, mesmo com desentendimentos e heterogeneidade, seria concebida dentro do grupo. Coube à história e aos arquivos a conservação e transmissão da memória de maneira geral. Assim apareceu a idéia de Nora de “lugares de memória”, já que ela não aparece e não se mantém de forma natural, mas precisa de locais onde são conservadas para que não se percam, e, diga-se de passagem, conservadas de forma artificial. É por isso que são “lugares” de memória nos três sentidos da palavra: material, funcional e simbólico.

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição, visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993: 22).

Os lugares de memória, nesses termos, nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, o que consiste em operações que não são naturais (NORA, 1993: 13). Para Nora, os lugares de memória são meios de acesso a uma memória que não é memória, mas história, pois foi reconstituída por meio de vestígios, uma memória reivindicada e não espontânea. Não seria uma memória construída *no* grupo, mas *para* o grupo *pela* história.

Talvez aí resida o motivo devido o qual a história oral ganhou força nas últimas décadas. Ao procurar resgatar essas memórias que se perdiam, para utilizá-las como objeto e fonte de análises historiográficas, os historiadores desenterraram lembranças que se apagavam e abriram feridas que permaneciam escondidas ou fechadas. Esta memória que estava pluralizada, fragmentada, invadiu o território do historiador e tornou-se ferramenta importante para compreender-se os vínculos sociais e as identidades individuais e coletivas. Essa aproximação entre história e memória levou a refletir sobre os danos causados por traumas coletivos, além de reagir ao negacionismo presente na década de 1980, que tentava assassinar a memória sobre a Segunda Guerra Mundial (DOSSE, 2004: 183-188).

Atente-se ao fato de que essa aproximação não configurou uma confusão entre história e memória, mas uma alternativa para o trabalho do historiador. Nos estilhaços da memória, nos atos falhos e sonhos, o objetivo é chegar a algo inteligível e aceitável, com o apoio da prática psicanalítica (DOSSE, 2004: 180-181). Vê-se, portanto, que apesar de a memória ter hoje outra acepção, ela não se separa da história como assim queria Halbwachs. Na verdade, a história vale-se da memória para chegar a interpretações e informações que outras fontes, talvez, não pudessem viabilizar, o que contribuiu para o alargamento das possibilidades de conhecimentos dentro dessa nova história que ainda se estrutura. Como defende Joutard, *“a história oral, tem mais que nunca, o imperativo de testemunhar, tendo a coragem de permanecer história diante da memória de testemunhos fragmentados que têm o sentimento de uma experiência única e intransmissível”* (JOUTARD, 2000: 35). Desta forma, a memória irriga a história e esta submete a memória à crítica.

Quanto a este ponto, é preciso fazer algumas considerações. É senso comum a idéia de que a memória seja suspeita, foco de distorções e esquecimentos, no entanto, não se pode apagar o fato de que muitas vezes é a história que se sobrepõe à memória, impondo sua visão e esmagando memórias locais. Por isso, também a história deve ser submetida à crítica, sempre. Há alguns exemplos que atestam o supracitado, como o caso do desmembramento da antiga União Soviética e a questão da Iugoslávia, entre outros problemas da história recente da Europa Oriental. Assim, há nuances na idéia de que a memória aliena e a história liberta, pois na ex-URSS, onde a história legitimou a opressão, o retorno à memória pode não ser o acesso à verdade, mas é símbolo da liberdade e da alternativa à tirania, o que não significa que essa memória não precise ser matizada (ROUSSO, 2000: 100-101). Outros exemplos, não menos interessantes, podem ser elencados. Alessandro Portelli mostrou, em um belo texto, como as comemorações oficiais

podem enterrar as memórias e visões de determinado acontecimento. Esclareceu, na verdade, como as tensões entre a memória e a história são fortes, já que o massacre provocado por tropas alemãs em Civitella Val di Chiana, em 1944, tiveram ressonâncias diversas, dependendo do meio pelo qual foi interpretado e divulgado. A história oficial comemora a ação dos *partisans*⁵, vendo-os como mártires, ao passo que a memória dos sobreviventes, viúvas e filhos dos homens assassinados em Civitella, condenam a ação dos *partisans* e os culpam pelo massacre, que só teria acontecido por retaliação aos atos revolucionários (PORTELLI, 2000).

Na contramão, também a memória deve ser tomada com cautela. O próprio Portelli, em outro artigo, estudou militantes comunistas dentro do conceito de cultura política,⁶ notando que estes desenvolviam narrativas ucrônicas, no sentido de construção de algo que gostariam que tivesse acontecido (PORTELLI, 1993), ou seja, histórias feitas de modo afetivo e parcial. Philippe Artières, para dar mais um exemplo, chamou a atenção para o fato de que a memória é construída de acordo com o local, o interlocutor e a situação. Ao abordar a autobiografia de um criminoso, preso no final do século XIX, percebeu o papel central do destinatário do texto autobiográfico do criminoso, qual seja, o Médico. Deixou claro que o detento utilizou aquela situação para justificar seus atos para quem sabe conseguir qualquer benefício. O que interessa saber é que, provavelmente, caso o interlocutor fosse outra pessoa e em outra situação, sua história seria muito diferente (1998).

Está claro que o debate sobre a história oral e a memória ainda levanta muitos problemas e virtudes, o que submete este método de análise a revisões freqüentes e a constante busca por novas formas de abordar as fontes orais. Questões à parte, deve-se atentar que essa nova relação história/memória levou a transformações interessantes, como observou Michael Frisch. Com a história oral ganhando terreno e a memória sendo rediscutida, é inegável que a memória subverteu a história, na medida em que estimulou revisões epistemológicas e indicou outros caminhos e possibilidades de se fazer história. Não obstante, a história também subverteu a memória. O que dizer do fato de que a história, a partir do momento em que recuperou e estimulou memórias escondidas e caladas,⁷ expôs problemas que estavam velados no seio da sociedade, trazendo os excluídos ao centro do

⁵ Membros da resistência que assassinaram soldados alemães.

⁶ Sobre o conceito de cultura política utilizado por Portelli ver BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial estampa, 1998.

⁷ Nesse sentido, de memórias silenciadas, ver: POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989, p. 3-15. O autor analisa a memória de dissidentes soviéticos, de prisioneiros de campos de concentração e de trabalhadores forçados da Alsácia a fim de explorar os limites entre o “esquecido” e o “não dito”, demonstrando que muitas vezes as memórias existem, mas não têm a oportunidade de verbalizar, ou que se calam devido aos traumas que as lembranças trazem. Daí a importância da história oral, que viabiliza a recuperação dessas memórias que seriam perdidas, apagadas, esquecidas.

debate. Como exemplo, têm-se os casos dos negros nos EUA ou no Brasil, dos homossexuais, dos imigrantes, das mulheres etc. (THOMPSON; FRISCH; HAMILTON, 2000: 76-77). Isto é, na História, esses grupos encontraram válvulas de escape para suas lembranças, enriquecendo ainda mais os assuntos e as fontes para a história oral e para a história em geral.

A história oral é hoje uma dimensão da história, sendo um objeto recorrente. Deixou de ser apenas fonte, como o era nos anos 1970, passando à metodologia da história. Sua posição tanto está firmada, que é comum levar-se a cabo, atualmente, pesquisas acerca da história da história da memória, como no presente trabalho. Talvez as palavras de Henry Rousso esclareçam melhor:

O próprio fato de escrever uma história da memória significa, por definição, que se ultrapassa essa oposição sumária entre história e memória, pois isso equivale a admitir que a memória tem uma história que é preciso compreender (ROUSSO, 2000: 97).

O que está em destaque é a história social da memória, além de outras pesquisas desenvolvidas pela história oral. Com a supressão da separação radical entre história e memória e a aceitação desta última como fonte e objeto de estudo, foi possível vislumbrar e desmistificar a noção de que os historiadores são guardiões da verdade, pois entre a história feita pelos historiadores e a história apreendida pelos indivíduos no seio de uma sociedade, há uma lacuna muitas vezes enorme (Idem, p. 97-98). Enfim, os avanços teóricos e metodológicos proporcionados pelos longos debates acerca da história oral, permitiram que as distorções da memória fossem tomadas como um recurso e não como um problema, afinal, o processo de lembrar pode ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual. A história oral já ocupou o seu lugar.

História oral no Brasil

Aqui, objetiva-se apontar algumas características da história oral no Brasil, assim como um breve histórico de seu desenvolvimento. As linhas que seguem estão amplamente ancoradas na apresentação que Marieta Ferreira e Janaína Amado fizeram conjuntamente para o livro organizado pelas mesmas, *Usos e abusos da história oral*.

De acordo com os rumos internacionais, o Brasil não tardou a ingressar na onda da história oral. De forma geral, pode-se afirmar que os estudos realizados com fontes orais tiveram grande impulso a partir dos anos 1960, devido ao avanço tecnológico que, ao produzir gravadores cassetes, viabilizou o arquivamento de depoimentos orais. Foi nesse momento que essa história teve um desenvolvimento significativo, ainda como *opção a mais* na produção histórica, mas na década seguinte, já buscou se firmar como “outra história”. O primeiro passo, no Brasil, foi dado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que, nos idos de 1970, criou um programa de História Oral ligado ao CPDOC, que tinha como objetivo obter depoimentos de líderes políticos que atuaram à partir da década de 1920. Assim, o caminho da construção da História Oral no Brasil não tem como não passar pelas experiências acumuladas pela FGV. A título de exemplo, sabe-se que, hoje, o acervo do CPDOC contém cerca de mil entrevistas, contabilizando mais de cinco mil horas de gravação⁸.

A importância dessa vertente de estudos cresceu paulatinamente, como atesta a realização de encontros internacionais a partir de 1975. Não obstante, aqui, o início foi complicado, encontrando vários obstáculos para serem suplantados, como por exemplo, a acolhida entre os pesquisadores e a comunidade acadêmica, que muitas vezes se posicionaram desfavoravelmente à História Oral. Mesmo com a expansão entre os professores e os estudantes nos anos 1970, o debate não cresceu a ponto de significar um debate metodológico consistente. Nas palavras de Ferreira e Amado, foi apenas nos anos 1990 que a história oral passou a ter maior visibilidade no Brasil. Por exemplo, a revista *Estudos Históricos* lançou, em 1989, um número totalmente dedicado à problemática da memória. Daí em diante, o debate sobre as fontes orais avultaram-se, tanto que os congressos sobre o tema tornaram-se recorrentes e, durante o II encontro Nacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro, em 1994, a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) foi criada. Esta conta, atualmente, com membros de todas as regiões do país e reúne-se periodicamente em encontros regionais e nacionais. Dois anos depois, em 1996, foi criada a Associação Internacional de História Oral, que também realiza congressos, mas nesse caso, bianuais.

Tanto a ABHO quanto a Associação Internacional editam uma revista e um boletim. No âmbito nacional, destaca-se a revista *História Oral*, publicada pela ABHO desde 1998. Esta foi a primeira revista no Brasil dedicada exclusivamente à veiculação de trabalhos

⁸ Informação retirada do site do CPDOC. Lá, também é possível ter acesso a grande parte dessas gravações, o que constitui uma opção de pesquisa bastante fértil. Acessar www.cpdoc.fgv.br.

nacionais e internacionais sobre a oralidade, o que a configura como importante meio de formação, informação e discussão para pesquisadores.

Há algumas peculiaridades no que concerne às práticas da história oral no Brasil. Como afirmaram Ferreira e Amado, esse campo é mais ocupado por acadêmicos, sendo raras as aparições de pesquisadores diletantes, vinculados a associações de moradores, sindicatos, empresas, classes etc. Tal quadro só sofreu uma mudança digna de nota, no III Encontro Nacional, realizado em Campinas, no ano de 1996, quando esse tipo de produção foi um pouco mais significativo (2000: IX-X). Apesar desses trabalhos, o que se viu, nas primeiras reuniões, foi a predominância de textos de doutores, sendo inexpressivo o número de graduandos entre os pesquisadores, quadro que vem se transformando com rapidez nos programas de pós-graduação, já que é visível a importância desses estudos nos congressos mais recentes.

Outro ponto levantado pelas autoras que também confirmou esse tardio desenvolvimento da história oral, foi o fato de que até a década de 1980 os trabalhos com fontes orais eram muito mais praticados por cientistas sociais que por historiadores (FERREIRA; AMANDO, 200: X). Aos poucos que os preconceitos aos estudos guiados pela oralidade amainaram-se entre os historiadores e, quando isso ocorreu, mais uma diferença foi notada com relação à história oral internacional: aqui, em invés de se voltar para os grupos ou indivíduos marginalizados, calados e esquecidos, a história oral preocupou-se com a pesquisa sobre movimentos intelectuais, burocratas, políticos, militares e instituições. O próprio CPDOC, quando da criação de seu arquivo, deu preferência às entrevistas que possibilitariam

conhecer os processos de formação das elites, as influências políticas e intelectuais, os conflitos e as formas de conceber o mundo e o país. Para alcançar esse objetivo, o mais apropriado era realizar entrevistas de história de vida, que se estendem por várias sessões e acompanham a vida do entrevistado desde a infância, aprofundando-se em temas específicos. Esta linha de acervo continua em vigor até hoje e abarca políticos, intelectuais, tecnocratas, militares e diplomatas, entre outros, desde os que ocuparam cargos formais no Estado até os que, fora do Estado, com ele cooperaram ou lhe fizeram oposição (ver site do CPDOC).

Trata-se de uma corrente que foi na contramão das propostas iniciais elencadas por Joutard, como já foi citado. Em vez de atentar para os marginalizados, ou “os de baixo”, essa história no Brasil começou por dar destaque aos grupos e indivíduos de destaque no cenário nacional, quadro que sofreu ligeira transformação também no Encontro de 1996, em

Campinas, quando cresceu o número de estudos voltados para as camadas populares, o que não parou mais de ocorrer, de acordo com a tradição da história oral e dos novos caminhos da prática historiográfica.

Com o tempo, importantes temáticas desenvolveram-se a partir dos trabalhos com história oral e memória. Por exemplo, os estudos sobre memórias escritas, tomando como objetos e fontes de pesquisas cartas pessoais, diários, postais, cartões, anotações, entre outros, culminaram em interessantes resultados. O livro organizado por Ângela de Castro Gomes, *Escrita de si, escrita da história*, é um ponto de referência significativo nesta vertente. A autora defende que as práticas de escrita de si deixam “lugares de memória”, mas não como qualquer outra memória. Tais escritas têm motivações excepcionais como viagens, estudos, prisão, relações amorosas e de amizade, o que abrem uma gama de possibilidades e de opções de trabalho, além de permitir o estudo das representações que os indivíduos que deixaram tais relatos faziam de diferentes temáticas. Destaca-se que o trabalho com esse material é riquíssimo, isto porque além do conteúdo e das motivações dos escritos, tem-se como atributos dessa fonte e objeto a materialidade, a cor do papel, a tinta, a qualidade do papel, as formas de tratamentos, enfim, as possibilidades são múltiplas. Ademais, deve-se encarar essas escritas de si como práticas culturais, que estão submetidas a pressões internas e externas, numa dinâmica de liberdade e contenção que leva em conta o autor, o personagem, o destinatário e o meio social (GOMES, 2004: 17-21).

A importância de trabalhos desse gênero manifestou-se com mais ênfase primeiramente no seminário que a FGV e o Instituto de Estudos Brasileiros (USP) realizaram sobre o tema, em 1997. Hoje, é possível identificar que as possibilidades de estudos nesse campo são variadas, já que os acervos que dão embasamento às pesquisas não se constituem apenas por fontes orais. Além das entrevistas, encontram-se documentos escritos, imagens, memórias e outros registros, como bem exemplificam os arquivos do CPDOC, o que não significa que outros acervos espalhados pelo país estejam carentes desse tipo de material. As opções são múltiplas e os arquivos cada vez mais se interessam por arquivar relatos, memórias e histórias individuais.

Aqui, brevemente, apontou-se alguns caminhos traçados pela história oral no Brasil. Diante do exposto, parece que a afirmação de que esse campo da história já ocupou seu espaço é verdadeiro, tanto quanto os obstáculos e os limites que as fontes orais colocam também o são. Deste modo, parece que a postura que a história oral deve assumir daqui para frente, não se configura mais apenas na de defesa contra os ataques que marcaram sua trajetória, mas sim no seu desenvolvimento teórico e metodológico, para que continue a

brindar a produção histórica com estudos cada vez mais completos, que levam em conta o macro e o micro, o social e o individual, a cultura e a política, numa prática da historiografia atual que se afastou de preconceitos tradicionais e soube absorver os métodos e procedimentos que cada corrente histórica nos ofereceu no desenvolver da epistemologia da disciplina.

Referências Bibliográficas

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, n° 21, 1998, p. 9-34.
- BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial estampa, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 167-182.
- CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. São Paulo-Bauru: Edusc, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: ___ *Usos e abusos da história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*, Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 31-45.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n° 10, dez. 1993.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 103-130.
- _____. Sonhos ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores. *Proj. História*, São Paulo, n° 10, dez. 1993.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 93-102.

THOMPSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 65-93.

Recebido em: 19/03/2010
Aprovado em: 17/05/2010